

Educação a distância e movimentos sociais em rede: articulação para formação cidadã¹

Distance education and online
social movements: an articulation
to support citizen training

Jaciara de Sá Carvalho

jsacarvalho@gmail.com - Universidade Estácio de Sá (UNESA)

¹ O trabalho foi apresentado no "IV Congresso Internacional TIC e Educação" (ticEDUCA), realizado pela Universidade de Lisboa, em 08 de setembro de 2016.

Resumo

A articulação da formação com movimentos sociais em rede é uma das seis condições sugeridas em pesquisa sobre princípios e práticas para uma educação cidadã a distância. A investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com especialistas em educação a distância do Brasil, de Portugal e da Venezuela. O presente artigo retoma a problemática de pesquisa, aborda movimentos sociais em rede pelo seu potencial de formação e transformação e discorre sobre uma das condições resultantes da investigação. A condição articulação com movimentos sociais em rede seria uma oportunidade para a vivência de experiências democráticas, de desenvolvimento da consciência crítica e de intervenção em realidades de forma dialogada com temas/objetos em estudo. Além de contribuir com a formação pela cidadania, a articulação oferece uma alternativa de abertura do currículo que foge ao padrão de aproximação com o mercado e valoriza saberes construídos pelos coletivos sociais nos espaços de formação institucionalizados.

Palavras-chave: Formação para cidadania. Movimentos sociais. Educação cidadã. Educação a distância.

Abstract

The articulation of training with online social movements is one of the six conditions suggested in research about the principles and practices for distance citizen education. The investigation was developed through literature review and interviews with experts in distance education in Brazil, Portugal and Venezuela. This article takes up the investigation problem, covers online social movements by its potential for training and transformation and discusses one of the conditions resulting from the research. The condition articulation with online social movements would be an opportunity for democratic experiences, development of critical consciousness and intervention in situations that are dialogued with themes /objectives under study. For in addition to contributing with training by citizenship, the articulation offers an alternative to the curriculum opening that goes beyond the standard approach of the market and values knowledge built by the social groups in the institutionalized training spaces.

Keywords: Training for citizenship. Social movements. Citizen education. Distance education.

Contextualização

Profissionais envolvidos com a prática e a pesquisa de processos de ensino-aprendizagem a distância, em geral, ainda se deparam com desconfiças sobre a modalidade de educação. A resistência de educadores, por exemplo, está entre os principais obstáculos relatados por instituições (ABED, 2014). É certo que existe uma tendência à subordinação da educação a fins instrumentais, que assegurem aos sujeitos a aquisição de habilidades valorizadas economicamente, flexíveis e competitivas, em detrimento de seu potencial transformador e humanizador, de aprofundamento da democracia e da cidadania (LIMA, 2012). Entretanto, uma reflexão mais aprofundada aponta que a “tendência”, infelizmente, não é de hoje e tampouco recai apenas sobre a Educação a Distância (EaD).

Acreditamos que formações cidadãs poderiam ser desenvolvidas em qualquer modalidade, tal como a “distância”, desde que observados princípios e práticas democráticas e *conscientizadoras* (FREIRE, 1979). A modalidade, inclusive, apresentaria boas oportunidades para forças emancipatórias, pois estaria mais aberta às mudanças ao possuírem práticas menos consolidadas.

No âmbito presencial, são reconhecidas experiências como o movimento Escola Cidadã (GADOTTI, 2010), que seguem lutando contra lógicas de mercado e, sob perspectivas críticas, desenvolvem uma educação emancipadora por meio de formações *pela* cidadania, ou seja, uma educação cidadã. Seria possível uma educação cidadã a distância?

Nossa investigação de doutorado (CARVALHO, 2015) levou-nos a acreditar que *sim* e a sugerir sob quais *condições* seria possível. Para chegar a elas, realizamos uma pesquisa bibliográfica e entrevistas com oito especialistas em EaD no Brasil, Portugal e Venezuela. A análise considerou contribuições metodológicas de Bardin (1988) e Franco (2007) e teve como principal aporte teórico-filosófico obras de Freire (1979, 2001, 2009). A proposição de seis *condições* (entre outras possíveis) para uma *educação cidadã a distância* objetiva contribuir com ações educativas em diferentes contextos não presenciais, mesmo que também possam atender essa modalidade e, ainda, estar em acordo com um futuro-presente no qual essas distinções pouco significarão.

Ressalte-se que ao utilizar a expressão EaD não defendemos o termo em si porque não pode haver educação onde há distância. Educação exige presencialidade: o sujeito mobilizando sentidos, valores, conhecimentos prévios para dialogar com o objeto

em estudo e/ou com outros sujeitos, independente do tempo e de estarem no mesmo local. Segundo Valle (2012), a palavra distância não se contrapõe à presença, mas à proximidade. Assim, o uso das expressões “modalidade” e “EaD” visam neste trabalho apenas atribuir a discussão a um contexto particular de realização de um processo de ensino-aprendizagem.

Em resumo, para uma educação cidadã a distância, nossa tese (CARVALHO, 2015) sugere as seguintes condições: 1) educar pela cidadania, 2) trabalho coletivo, 3) diálogo mediatizado pelo mundo, 4) organização participativa e flexível do ensino(-aprendizagem), 5) materiais de estudo coerentes e 6) *articulação com movimentos sociais em rede*. Respectivamente, as condições propostas se opõem a 1) preocupação excessiva em oferecer conteúdos e avaliá-los, em detrimento de criar e desenvolver um contexto cidadão/conscientizador; 2) fragmentação do trabalho dos profissionais; 3) autoinstrução e diálogos não problematizadores (dialéticos); 4) desenhos rigorosos, centralizados e fechados à participação de diferentes sujeitos; 5) ideia de neutralidade dos conteúdos, sem (ou pouca) atenção para valores e visões de mundo contidos nos materiais e atividades; e 6) *formação fechada em si mesma, sem diálogo com outras instâncias da sociedade*.

O presente artigo trata apenas da condição **articulação com movimentos sociais em rede (6)**, visando a abertura do currículo e a promoção de vivências/experiências “políticas”, potencialmente promotoras de conscientização e de intervenção no território. O desafio da pesquisa, nesse âmbito, foi identificar alternativas para o contexto a distância. Para isso, contamos com duas das oito entrevistas realizadas e discussões sobre a ação de movimentos sociais em rede. A proposta apresentada, ressalte-se, exigiria que o projeto de formação a distância fosse desenvolvido sob uma perspectiva crítica e, assim, comprometido com uma educação emancipadora/cidadã.

Cidadania: desafio para a modalidade?

Mais do que observar direitos e deveres, a ideia de cidadania tem sido relacionada à participação ativa e efetiva para a construção de realidades mais justas, de respeito à vida e ao planeta. Ela demandaria o desenvolvimento de uma clareza política de nossas ações no mundo e de vivências coletivas de intervenção na sociedade.

Uma dimensão importante para a educação comprometida com a formação *pela* cidadania seria o diálogo com outras instâncias da sociedade, a vivência de experiências

políticas e democráticas, a ação direta em situações e/ou espaços da sociedade, não se restringindo ao âmbito do curso.

Em contextos não presenciais, a formação pela cidadania parece ser um desafio maior. Daniel Mill (informação verbal), por exemplo, problematiza a ausência na EaD de elementos encontrados no contexto da modalidade presencial que contribuiriam com a “politização” dos sujeitos, tais como discussões nos corredores da instituição e centros acadêmicos estudantis.

As possibilidades de discussão política na EaD são menores em relação à [modalidade] presencial. Não vejo a mesma qualidade de convivência entre alunos - mesmo havendo polos - como conversas em DCEs [Diretórios Centrais de Estudantes], brigas, [discussão nos] corredores. Na EaD, esses contatos são mais intensos, até mesmo entre professores e estudantes, com maiores possibilidades, com mais intensidade em vários aspectos, mas não acontece com o mesmo cunho político (MILL, informação verbal, 2012).

Daniel Mill se refere à ação e discussão política de forma explícita, ainda que toda ação humana seja política, tal como o ato de educar (FREIRE, 2001). Parece-nos que o contexto institucional de cursos presenciais potencializa a organização de ações de intervenção, para além de discussões acerca de temáticas em estudo e do currículo prescrito. A existência de espaços como Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) – que exigem eleição e a realização de propostas de campanha –, a participação em greves e mobilizações estudantes em torno de direitos seriam exemplos no âmbito do Ensino Superior presencial.

Um caminho possível em formações a distância, segundo Beatriz Tancredi (informação verbal), seria o serviço comunitário e a ação social como parte das atividades acadêmicas. Em artigo (2011) anterior à entrevista para nosso trabalho, a pesquisadora defendera a necessidade de mudança de mentalidade quanto ao modelo de relacionamento das instituições de ensino a distância junto à sociedade. Elas passariam de centros de gestão de serviços educativos para a gestão de redes de relações com fins formativos:

A la luz de los nuevos escenarios antes planteados, las instituciones de Educación a Distancia tendrán que integrar a su condición actual de centros de gestión de servicios educativos la de condición centros de gestión de las redes de relaciones que se conforman con fines formativos. Algunos de los nuevos roles de los profesores de las instituciones de Educación a Distancia que son requeridos en la nueva *posición son los de patrocinador, co-creador y gestor de la trama de redes sociales con propósitos educativos*, cuyo despliegue supone la resolución de cuestiones tales como la

provisión de la plataforma tecnológica necesaria para apoyar el despliegue de los nuevos roles y el *fortalecimiento de las capacidades de profesores y estudiantes para participar activa y productivamente en las redes sociales, para conocer y comprender el entorno y para transformar de manera positiva objetos y situaciones* (TANCREDI, 2011, p. 65–66, grifo nosso).

Tancredi sugere a participação de professores e estudantes em redes sociais para compreenderem melhor o entorno – não apenas o escolar – e nele intervir, transformando-o de “maneira positiva”. A pesquisadora leva em consideração que atualmente se discute se a configuração verificada na maioria das universidades a distância ainda é válida para uma realidade em transformação quanto às dimensões sociais, políticas e econômicas, que têm gerado processos de descentralização política, flexibilização institucional e novos canais de participação e corresponsabilidade para a tomada de decisões.

A perspectiva de flexibilização da EaD – principalmente para atuação dos educadores –, de abertura do currículo para o entorno e de intervenção no território dialogam com a ideia de cidadania orientadora deste trabalho.

A partir do estudo de Freire (1979, 2001, 2009) e de autores afinados ao seu pensamento (SANTOS, 2002; GADOTTI, 2008; MORIN, 2010), compreende-se cidadania como uma condição permanentemente conquistada pelos sujeitos por meio do desenvolvimento da consciência crítica, que implica práticas baseadas em referenciais éticos e sociais comprometidos em promover mais vida a todos os seres na Terra, rumo à construção de uma sociedade de caráter planetário (CARVALHO, 2015).

Essa compreensão fundamenta-se, principalmente, no conceito de conscientização em Freire (1979), entendido como processo permanente de reflexão crítica acompanhada de ação transformadora. Para o educador, a conscientização deveria ser o “primeiro objetivo de toda educação” (1979, p.22). A ideia de planetarização marca posição contrária à da globalização competitiva e destrutiva, não circunscrevendo cidadania à fronteira de Estado-Nação.

Movimentos sociais: cidadania em exercício

Não se restringindo ao voto como forma de participação em sociedade, a prática cidadã, quando realizada de forma coletiva, possui maior potencial de transformação. Nesse sentido, também podemos compreender que, em uma perspectiva histórica, “[...]”

os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social” (CASTELLS, 2013, cap. 6, p. 1).

Existe uma dificuldade conceitual em definir “movimentos sociais” – que também empregaremos como “coletivos sociais” -, sendo que não existiria uma teoria suficientemente abrangente para o tema (PASQUINO, 1998). Segundo Machado (2007), até os anos 1970, era frequente a associação da expressão a um quadro de luta de classes dentro das sociedades capitalistas. Mas essa interpretação mudou ao longo do tempo:

Tal interpretação da natureza dos movimentos sociais foi particularmente característica nas abordagens marxistas-estruturalistas. Esta leitura se foi tornando antiquada à medida que os movimentos sociais passaram a proliferar, ganhando notável complexidade e alcance com o surgimento de organizações e coletivos que lutavam pelas causas mais diversas. Surgiu então o termo “novos movimentos sociais” para designar tais coletivos que não encontravam uma interpretação satisfatória na maioria das interpretações predominantes. Os “novos” movimentos sociais seriam principalmente os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e outros. Tais movimentos, a maioria de base urbana, estavam bastante afastados do caráter classista dos movimentos sindical e camponês, atuando, não raras vezes, em cooperação com o sistema econômico e no escopo político das instituições vigentes (MACHADO, 2007, p. 252).

A complexidade desses coletivos pode ser percebida, inclusive, pelo fato de que muitos movimentos sociais acabaram adquirindo um caráter mais institucional e considerados representantes legítimos de certas demandas da sociedade. Diante da dificuldade de definição, Castells (2001 apud MACHADO, 2007) acaba por compreender movimentos sociais como ações coletivas que “transformam valores e instituições”, a depender de seu êxito ou fracasso. Adotamos essa compreensão ampla para maior flexibilidade de articulação com formações a distância, ressaltando a importância de se observar a intenção e os interesses desses coletivos/movimentos. No escopo desta discussão, de alguma forma, precisariam estar afinados com a perspectiva de cidadania adotada.

Movimentos sociais (diferentes dos de protesto) “expressam profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica” (CASTELLS, cap. 6, p. 12). No século XXI, muitos movimentos se constituem em uma nova estrutura social cujo contexto é marcado pela “autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional interativa, na internet” (p. 5). Eles fundamentam-se cada vez mais na internet para a ação coletiva, utilizando-a para

“mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir” (p. 28), sendo coerentes, portanto, com a atual sociedade, na qual a conexão entre as redes virtuais e as redes da vida torna o mundo real um “mundo híbrido”.

Considerando que a participação em movimentos sociais pode ser uma experiência promotora de *conscientização*, que muitos cursos, em especial, na educação superior, buscam um diálogo com a sociedade (geralmente por meio de uma aproximação com o *mercado*), que a internet tem sido crescentemente utilizada pelos coletivos, sendo o principal meio de oferecimento de cursos a distância (ABED, 2015), vislumbra-se a articulação de formações a distância com movimentos sociais *em rede* como uma oportunidade de contribuir com a formação cidadã dos sujeitos envolvidos, como uma ação de educação cidadã/emancipadora a distância.

EAD e movimentos sociais em rede

A articulação entre universidades e movimentos sociais no Brasil vem sendo praticada desde final dos anos 1990 (BRINGEL, 2012). É geralmente realizada em cursos de extensão, especialização e graduação regulares em regime de alternância. Principalmente, atende a demanda de coletivos organizados. Alguns exemplos:

Curso de Extensão ‘Teorias Sociais e Construção do Conhecimento’, fruto de uma parceria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o curso de Extensão e Especialização ‘Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo’, criado por meio de parceria envolvendo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), vinculado à UFRJ; o Curso de Graduação de Licenciatura em Educação do Campo, que inclui diversos movimentos sociais como sindicatos de trabalhadores rurais do Estado do Rio de Janeiro, movimentos urbanos de luta por moradia, MST e membros de comunidades remanescentes de quilombos e indígenas, numa parceria institucional que envolve a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o PRONERA/INCRA/MDA [...] (BRINGEL, 2012, p. 5).

Não foi possível, durante nossa pesquisa (CARVALHO, 2015), mapear se essas experiências incluíram processos de ensino-aprendizagem a distância, assim como investigar cursos que tivessem articulação com movimentos sociais em rede, pois cada um desses trabalhos exige pesquisa específica. Infere-se que, com a expansão do acesso a tecnologias digitais e a expansão da internet, formações a distância articuladas a coletivos sociais devem estar sendo realizadas neste momento, seja o curso como um todo seja em alguns momentos.

Neste trabalho, sinalizamos a oportunidade de formação cidadã dessa articulação, mais do que detalhá-la, já que isso exigiria conhecer sob quais modelos, sujeitos e contextos da EaD seria possível desenvolvê-la. Quando a conexão passa a ser um dos paradigmas da atualidade, o conhecimento também está em rede, em movimento: em movimentos sociais em rede.

A expressão “em rede” pretende destacar a articulação com coletivos que utilizam tecnologias digitais conectivas por meio das quais os sujeitos podem se comunicar a distância, possuindo vivências semelhantes ao contexto da EaD. Contudo, não caberia excluir a possibilidade de articulação com movimentos que não atuam pela conexão digital – depende dos participantes envolvidos e seus contextos de formação.

Há muito se discute a abertura do currículo para a cultura e a realidade dos sujeitos, para o “aqui e agora” e o diálogo com outras instâncias da sociedade. No âmbito da educação superior, tradicionalmente, discursos versam sobre uma aproximação com o “mercado de trabalho” e a necessidade de projetos conjuntos com outras instituições. Por que não valorizar os saberes construídos pelos coletivos sociais nos espaços de formação institucionalizados? Trata-se, também, de um modo de inverter a lógica predominante na qual os movimentos seriam apenas recebedores de conhecimentos sistematizados e objeto de pesquisa.

Coerente com uma perspectiva emancipadora de educação, articulações seriam possíveis com movimentos sociais cujos valores e práticas sejam compatíveis, escolhidos de forma livre e dialogada pelos próprios sujeitos da formação e representantes de coletivos, em consonância com os interesses de ambos. Apesar de privilegiar educadores e educandos, a participação nesses coletivos poderia envolver demais profissionais da EaD. Por que não?

A articulação poderia representar uma oportunidade atual de ação política atrelada a uma intencionalidade educativa. É proposta como experiência de participação coletiva de sujeitos da EaD em uma estrutura autogovernada (grosso modo), portanto, possivelmente mais democrática dos que cursos a distância geralmente oferecidos por instituições. Os participantes teriam chances de conhecer outras culturas, valorizar outros saberes (não acadêmicos e dos sujeitos daquela formação), outras lógicas e visões que fogem ao universo restrito de instituições de ensino. Diferentemente da participação espontânea no cotidiano, essa articulação possui o contexto da formação e a intervenção do educador que, junto dos educandos, participaria reflexivamente e realizando ligações com o currículo.

No sentido de vislumbrar possibilidades oferecidas por esta articulação, exemplificamos que, na internet, os participantes de um coletivo social em rede costumam juntar um grande número de informações sobre o qual debates podem ser realizados. Seja com vistas a um aprofundamento do assunto, seja para a organização de ações tradicionais – manifestações, protestos, recolhimento de assinaturas etc – as discussões, muitas vezes de forma interdisciplinar e diferente do modo de organização da educação formal, podem contribuir para aumentar o grau de criticidade dos participantes acerca de uma realidade que está sendo vivida enquanto eles agem para tentar transformá-la.

O movimento visando a aprovação do Marco Civil da Internet – documento considerado modelo para outros países – na Câmara dos Deputados brasileira seria um exemplo de articulação possível com formações a distância nas áreas de Tecnologia, Direito, Sociologia, Política, Comunicação e mesmo áreas não diretamente relacionadas, como a Educação. Muitos internautas que participaram (espontaneamente) de diálogos no espaço virtual utilizado pelo coletivo Marco Civil Já (2014) tiveram a oportunidade de aprofundar o grau de consciência acerca de interesses e práticas políticas, econômicas, do poder das empresas de comunicação e de algumas leis, assim como o funcionamento da própria internet. A discussão, mobilização e articulação em rede, com intervenções no território – por exemplo, de integrantes participando das votações – contribuiu com a aprovação da Lei 12.965 (BRASIL, 2014).

Quantos outros movimentos ambientais, de direitos humanos, de educação, de comunicação democrática, de combate a homofobia, antinucleares.... oferecem possibilidades de “reflexão [crítica] que comprometa a ação” (FREIRE, 1979, p. 22)?

Não se ignora, como alerta Chauí (2013), que muitos sujeitos teriam sua vontade de ação cidadã rapidamente satisfeita graças às tecnologias digitais conectivas. Vez ou outra surgem novidades e diferentes sites e aplicativos que contribuem para a mobilização das pessoas. Bastaria apertar um botão de assinatura de petição on-line, por exemplo, para o sentimento de missão “cidadã” cumprida; às vezes, sequer sem leitura da própria petição.

Não se trata de desmerecer recursos como esse, que cumprem papéis importantes dentro de um contexto maior, mas de considerar o risco de alienação, de manipulação de suas vontades e de um “elemento poderosíssimo da sociedade de consumo e muito usado pelos meios de comunicação: a satisfação imediata do desejo” (CHAUÍ, 2013, p. 9) também na esfera política.

Não se deve confundir a proposição aqui de articulação de uma formação a distância junto a movimentos sociais com “net-ativismo”, “ativismo em rede” ou “ativismo digital” *sem crítica* – não afirmamos que esse tipo de ação não é crítico. Essas são expressões cada vez mais utilizadas em referência às ações em rede com finalidades explicitamente políticas, podendo ou não estar ligadas a movimentos sociais. No entanto, é preciso saber distinguir ativismo com um agir sem reflexão, que pode aproximar-se do sectarismo, “que tem uma matriz preponderantemente emocional e acrítica” (FREIRE, 2009, p. 59).

A articulação EaD/movimentos em rede objetiva o contrário: a reflexão sobre o a ação, a prática cidadã, tendo como premissa o diálogo, principalmente sua dimensão dialética (RAVENSROFT, 2011). Buscar, pela formação cidadã a distância, ultrapassar os mitos e as meias verdades das causas e da própria participação no coletivo. Nesse sentido, o educador e a intencionalidade educativa do curso seriam diferenciais quando comparamos a participação do sujeito por ele mesmo (espontânea), sem vínculo com um processo de formação. A articulação exigiria a atuação do educador como um provocador desse desvelamento, sem desconexão com o currículo do curso. Ele seria, ao mesmo tempo, um participante junto com os estudantes no coletivo e o professor que carrega consigo um projeto de formação. Precisaria ser capaz de não só dialogar com os educandos sobre os temas relacionados ao movimento, articulados com o curso, mas com eles buscar desfazer a “magia” da Internet e o controle oculto em tecnologias.

Não se desconsidera, entretanto, que a Internet ainda carregaria em si o espírito de liberdade e de colaboração na raiz de sua existência (CARVALHO, 2011). Se há controle e vigilância (SILVEIRA, 2011), há também resistência e inovações para burlá-los. De qualquer modo, a estrutura – em princípio horizontal e descentralizada – pode dar nova forma aos movimentos sociais, podendo ir além de uma perspectiva instrumental, oportunizando aos envolvidos experiências de participação explicitamente política e de caráter democrático que podem contribuir com a formação cidadã.

Após analisar movimentos sociais *em rede* pelo mundo, Castells (2013, cap. 6, p.27, grifo do autor) descreve algumas de suas características e afirma que eles “*são muito políticos num sentido fundamental*”, quando sugerem e praticam a “democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede”. Segundo o pesquisador, trata-se de movimentos sem liderança por conta da desconfiança de seus participantes à delegação de poder. Essa característica essencial seria resultado da rejeição dos representantes políticos, pois os participantes sentem-se traídos e manipulados com a política instituída.

Os mais ativos (e que poderiam ser líderes) são aceitos enquanto não tomam decisões importantes de maneira individual. O *autogoverno*, mais do que “procedimento organizacional”, visaria “estabelecer os alicerces de uma futura democracia de verdade praticando-a no movimento” (p. 19).

Porém, avaliamos que a articulação com coletivos sociais que possuem lideranças (legitimamente reconhecidas e que atuam na perspectiva aqui explorada) também pode contribuir com a formação cidadã, ainda que características encontradas em movimentos analisados por Castells a potencializariam. Importa considerar que a articulação da formação a distância junto a movimentos sociais em rede teria um caráter atual e poderia oferecer oportunidades de “ação social” (TANCREDI, 2011) e “educação política” (MILL, informação pessoal, 2012) aos sujeitos da EaD. De modo semelhante, contribuiria para a valorização de saberes produzidos pelos movimentos sociais e que geralmente ficam à parte do currículo proposto pelas instituições de educação.

Considerações finais

É incompatível à educação cidadã a distância fechar-se em si mesma, não se envolver com outras instâncias da sociedade. Até porque seu compromisso final é com a transformação da própria sociedade. Sua articulação com movimentos sociais em rede seria uma forma de ativamente envolver os sujeitos da EaD em projetos coletivos, oportunizando outras experiências democráticas e de desenvolvimento da consciência crítica acerca de temas/objetos em estudo durante o curso.

A articulação admite esses coletivos como produtores de saberes, para além da extensão universitária e do desenvolvimento de projetos e pesquisas acadêmicas. Da vivência de uma forma de participação política horizontalizada (e eventuais intervenções na realidade) até o aprofundamento da consciência, a articulação junto a movimentos sociais em rede seria um poderoso estímulo à participação ativa dos sujeitos em formação a distância. Além do mais, a articulação poderia proporcionar o despertar de “forças dormentes” (MACHADO, 2007), ou seja, de sujeitos da EaD que podem vir a sentir-se encorajados a participar de ações ou desencadeá-las quando em coletivo social e que, individualmente, nada fariam além de se indignar.

São muitos os caminhos para a formação cidadã a distância. Esse nos parece um altamente formativo e atual. Uma educação no mundo, e com o mundo, para transformá-lo e a si mesmo.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - ABED. *Censo EAD.BR: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2013*. Curitiba: Ibpex, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - ABED. *Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2014*. Curitiba: Ibpex, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRASIL. *Lei 12.965, de 23 de abril de 2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 de abr., 2014.

BRINGEL, B. *Edital FAPERJ n. 14/2012*. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/images/diversos/Projeto_FAPERJ_EXTPESQ_2012.pdf>. Acesso em: 16 maio 2014.

CARVALHO, Jaciara D. S. *Redes e comunidades: ensino-aprendizagem pela Internet*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/7785381/LIVRO_Redess_e_Comunidades_ensino-aprendizagem_pela_Internet>. Acesso em: 16 set. 2016.

_____. *Educação cidadã a distância: uma perspectiva emancipatória a partir de Paulo Freire*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.48.2015.tde-11052015-100811. Acesso em: 16 set. 2016.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet (versão eletrônica)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.

CHAUÍ, M. Pela responsabilidade intelectual e política. *Revista Cult* [Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho]. Revista Cult, Número 182, 06-45, 2013.

FRANCO, Maria L. P. B. *Análise de conteúdo*. 2. ed. Brasília: Liber livro, 2007.

FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez, 1979.

_____. *Educação na cidade*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido (16a ed.)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GADOTTI, M. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

_____. *Escola cidadã*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010

LIMA, Lucínio C. *Aprender para ganhar, conhecer para competir*. sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Jorge A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, n. 18, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 ago. 2013.

MARCO CIVIL JÁ. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarcoCivilJa>>. Acesso em 15 abr. 2014.

MORIN, E. Los principios fundamentales de la educación del siglo XXI [Entrevista concedida à Antonio Roveda]. *Signo y Pensamiento*, v. 29(56), p.42-49, 2010.

PASQUINO, G. Movimentos sociais. In: Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. *Dicionário de Política*. 11 ed. Brasília, DF: UnB, 1998.

RAVENSROFT, A. Dialogue and connectivism: A new approach to understanding and promoting dialogue-rich networked learning. *The International Review of Research in Open and Distance Learning*, v. 12, n.3, p.139–160, 2011.

SANTOS, B. Vamos falar da sociedade civil planetária. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/ciranda-mundi/article/vamos-falar-da-sociedade-civil>>. Acesso em: 30 out. 2012.

SILVEIRA, S. A. O fenômeno Wikileaks e as redes de poder. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, v. 9, n.2, p.151–166, 2011.

TANCREDI, B. Apuntes para resignificar la educación a distancia. *Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, v.14, n.2, p.55–72, 2011.

VALLE, Lílian do. Espaço e tempo, distância e presença: conceitos para pensar a formação humana. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SIED), São Carlos: UFSCar, 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-Oc9D3HoHws>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

Submetido em 27-04-2015, aprovado em 18-09-2016